

# OPTIMIZE INVESTMENT PARTNERS



## RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE

# 2022



**OPTIMIZE**

Investment Partners

# Índice

---

1	Relatório de Gestão .....	3
1.1	Enquadramento geral da atividade em 2022 .....	4
1.2	Aspetos mais relevantes da atividade em 2022 .....	12
1.3	Contas 2022 .....	15
2	Demonstrações Financeiras .....	18
2.1	Balanço .....	19
2.2	Demonstração dos Resultados .....	20
2.3	Demonstração de Rendimento Integral.....	21
2.4	Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	22
2.5	Demonstração de Alterações no Capital Próprio.....	23
3	Anexos .....	24
3.1	Anexo ao Relatório de Gestão .....	25
3.2	Anexo às Demonstrações Financeiras .....	27
4	Certificação Legal das Contas.....	51

# | 1 RELATÓRIO DE GESTÃO

# 1.1 Enquadramento geral da atividade em 2022

---

## MERCADOS FINANCEIROS NO ANO DE 2022

### ECONOMIA GLOBAL A CAMINHO DA RECESSÃO

A ameaça inflacionista, e consequente entrada da economia em estagflação, ou seja, a expectativa do crescimento global não acompanhar a inflação devido aos vários constrangimentos nas cadeias de abastecimento materializada na escassez da oferta, marcou o início do ano. Este cenário acabou por ser confirmado e agravado com a invasão da Rússia ao território ucraniano e o imediato embargo à, e da, economia russa. Portanto, a uma crise nas cadeias de abastecimento, somou-se uma crise energética e de produtos alimentares. Sendo a Rússia um dos principais fornecedores mundiais de petróleo e gás natural, principalmente para a Europa, e a Ucrânia um dos maiores fornecedores mundiais de cereais, este conflito foi o rastilho para uma tempestade perfeita num ano que regista um dos piores comportamentos de sempre da generalidade dos ativos financeiros.

Perante este cenário, a recessão deverá chegar em 2023 às economias mais avançadas, provavelmente durante o primeiro semestre deste ano.

### EUA

Nos EUA, a FED implementou o ritmo de subidas mais célere dos últimos 40 anos, numa tentativa de combate aos atuais níveis inflacionistas e que visa arrefecer a procura. Os últimos números da inflação já trouxeram a luz ao fundo do túnel. Com efeito a ligeira desaceleração no último trimestre de 2022, resultam da normalização das cadeias de abastecimento e dos primeiros indícios de inversão de variáveis mais persistentes, nomeadamente os custos de habitação que evidenciam alguns sinais de abrandamento. Contudo, a FED deverá manter a retórica *hawkish*, ou mais agressiva, até que o mercado de trabalho revele sinais de enfraquecimento. Perante este cenário, a FED passou o intervalo da taxa diretora dos 0%-0,25% para os 4,25%-4,50% ao longo deste ano sendo expectável que possa atingir um máximo de 5%-5,5% durante o próximo ano. O PIB americano deverá entrar em contração ao longo de 2023 e finalizar o ano ligeiramente positivo.

### EUROPA

Na zona euro, o panorama está mais nebuloso. A elevada inflação perdura, sem qualquer sinal de reversão. O BCE já assumiu que, enquanto persistir esta pressão, o ritmo de subida da taxa de juro vai permanecer agressivo. A crise energética é a grande protagonista para o atual nível de inflação e está a arrastar a economia europeia para uma recessão a iniciar entre o final de 2022 e o princípio de 2023. No entanto, o BCE já foi obrigado a reunir de emergência e a implementar medidas para estancar a escalada nos spreads entre os países core e periféricos. Desta feita, foi anunciado um programa anti-fragmentação, que visa comprar obrigações da zona euro de países mais vulneráveis mediante o cumprimento de determinados requisitos.

Por um lado, o BCE está fortemente comprometido em controlar a inflação, mas por outro vai fazer o necessário, uma espécie de "*whatever it takes*", para manter a coesão na zona euro e estabilização dos spreads na região. A taxa de juro das operações principais de refinanciamento do BCE passou dos 0% para os 2,5%, sendo projetado que atinja os 3,5% ao longo próximo ano. Apesar do posicionamento *hawkish*, agravado na última reunião do ano, o BCE não deverá conseguir que a taxa ultrapasse esta projeção devido ao elevado endividamento na região e o forte impacto que teria nas famílias e na solvabilidade da economia da zona euro.

## JAPÃO

A política monetária ultra expansionista no Japão, em contraciclo com os seus pares ocidentais, refletiu-se em fortes depreciações da sua moeda. Esta discrepância monetária, está a provocar danos nas cadeias de abastecimento especialmente em algumas indústrias relevantes para a sua economia, como a eletrónica, não conseguindo compensar pelo maior estímulo implícito nas exportações. Dificilmente o BoJ vai conseguir manter o atual nível expansionista, sendo esperado que 2023 inicie o ciclo de subidas da taxa de juro diretora, embora de forma menos expressiva que os seus congéneres, FED e BCE.

## MERCADOS EMERGENTES

Os mercados emergentes tiveram na generalidade um desempenho negativo, condicionado pela política mais agressiva da FED e consequente apreciação do dólar face à generalidade das moedas domésticas, afetando sobretudo as economias mais importadoras.

A China, esteve mais pressionada. O maior peso regulatório, apertadas medidas de confinamento em importantes cidades e as revisões em baixa das suas metas de crescimento levaram esta economia para um nível das mais detratadas. A intransigência das autoridades chinesas na política covid zero não permitiu a normalização da atividade económica do país. Da mesma forma, a eficácia da vacina é questionada, uma vez que sempre quando na presença de um alívio das restrições, é registado um aumento substancial no número de novos casos. Todas estas imposições e incertezas levam as estimativas de crescimento a serem revistas em baixa, para além de todo o impacto que provocam nas cadeias de distribuição globais, obrigando muitas empresas a diversificarem e a procurarem novos mercados geográficos de fornecimento às cadeias de abastecimento.

Em contraciclo, esteve o Brasil, beneficiado pela maior exposição da sua economia às matérias-primas e aumento dos volumes e preços do mercado exportador sobretudo sobre o petróleo, minério de ferro e matérias agrícolas.

## CRESCIMENTO ECONÓMICO MUNDIAL (REAL E PREVISIONAL)

	2020	2021	2022	2023 (P)	2024 (P)
Mundo	-3,00%	6,00%	3,20%	2,70%	3,20%
Zona Euro	-6,10%	5,20%	3,10%	0,50%	1,80%
Alemanha	-3,70%	2,60%	1,50%	-0,30%	1,50%
França	-7,90%	6,80%	2,50%	0,70%	1,60%
Itália	-9,00%	6,70%	3,20%	-0,20%	1,30%
Espanha	-10,80%	5,10%	4,30%	1,20%	2,60%
Portugal	-8,40%	4,90%	6,20%	0,70%	2,40%
Estados Unidos	-3,40%	5,70%	1,60%	1,00%	1,20%
Canadá	-5,20%	4,50%	3,30%	1,50%	1,60%
Japão	-4,60%	1,70%	1,70%	1,60%	1,30%
Reino-Unido	-9,30%	7,40%	3,60%	0,30%	0,60%
China	2,20%	8,10%	3,20%	4,40%	4,50%
Índia	-6,60%	8,70%	6,80%	6,10%	6,80%
Brasil	-3,90%	4,60%	2,80%	1,00%	1,90%
Rússia	-2,70%	4,70%	-3,40%	-2,30%	1,50%

Fonte: FMI

## ACÇÕES: DERRUBADAS PELA GEOPOLÍTICA E PELO CICLO ECONÓMICO

Os mercados acionistas apresentaram quedas expressivas no ano de 2022 antecipando uma recessão moderada na economia, apesar da resiliência dos resultados empresariais. De facto, têm surpreendido nos últimos trimestres pela sua trajetória ascendente. Contudo, consideramos que os resultados vão começar a ser afetados a partir do último trimestre de 2022, uma vez que a inflação e as subidas das taxas de juros deverão impactar os *earnings* nos próximos períodos, com várias empresas já reverem em baixa nas suas projeções de crescimento para 2023. O Eurostoxx 50 terminou o ano com uma performance negativa de 11,7%. Países mais sólidos do ponto de vista económico e orçamental como a França e a Alemanha seguiram a mesma trajetória, o CAC -9,5% e o DAX -12,3%. Os países periféricos, como Espanha e Itália obtiveram -5,6%, e -13,3% respetivamente. Portugal surge como uma das raras exceções terminado o ano a subir 2,8%. Nos Estados-Unidos, as principais bolsas tiveram desempenhos muito negativos. O Nasdaq desvalorizou 33,1%, o S&P500 obteve -19,4% e o Dow Jones desvalorizou 8,8%, com o dólar a mitigar estas quedas com uma apreciação de 6,2% face ao euro.

No Japão, o Nikkei 225 deslizou 9,4% com o Banco do Japão a ser obrigado a intervir para abrandar a desvalorização do iene.

No Reino-Unido, o FTSE 100 valorizou 0,9% no ano, no entanto a libra depreciou 5% face ao euro no mesmo período, com a incerteza política a ter um impacto na confiança dos investidores ao longo do ano.

Os países emergentes, tiveram comportamentos antagónicos, com o Índice MSCI Emerging Markets a descer 22,4%, arrastado pela queda de 21,6% do índice Chinês CSI 300 e de -15,5% do índice de Hong Kong, a contrariar o índice BSE Sensex a refletir o bom momento da economia indiana com uma subida de 4,4% e do índice brasileiro Ibovespa a subir 4,7% beneficiado pela maior exposição da sua economia às matérias-primas e aumento dos volumes e preços do mercado exportador sobretudo sobre o petróleo, minério de ferro e matérias agrícolas. Nos mercados fronteira, o índice MSCI Frontier Markets obteve uma descida de 20,8%.

## PERFORMANCE DOS PRINCIPAIS ÍNDICES BOLSISTAS NO ANO 2022 (MOEDA LOCAL / EURO)

		Moeda Local	Euro
Brasil	BOVESPA	4,7%	16,7%
Rússia	MOEX	-43,1%	-38,8%
Estados Unidos	S&P 500	-19,4%	-14,4%
Austrália	ASX 200	-5,5%	-5,8%
Japão	NIKKEI 25	-9,4%	-15,8%
China	HANG SENG	-15,5%	-10,2%
Reino-Unido	FTSE	0,9%	-4,1%
França	CAC 40	-9,5%	-9,5%
Alemanha	DAX	-12,3%	-12,3%
Zona Euro	EUROSTOXX 50	-11,7%	-11,7%
Espanha	IBEX 35	-5,6%	-5,6%
Portugal	PSI 20	2,8%	2,8%
Itália	MIB	-13,3%	-13,3%

Dados Bloomberg, moeda local / Euros

## OBRIGAÇÕES: A INFLAÇÃO E OS BANCOS CENTRAIS A IMPOREM O RITMO

O mercado obrigacionista apresenta quedas historicamente elevadas, afetado sobretudo pelo forte impacto na duração, perante a agressividade do aumento das taxas de juros nas obrigações sem risco. A performance de 2022 encontra-se no *outlier* mais extremo na distribuição anual de performances das US 10Yr *treasuries* dos últimos 150 anos. O impacto no spread de crédito esteve mais controlado assim como a taxa de *default* que se manteve em níveis historicamente baixos, refletindo a robustez nos resultados empresariais. Posto isto, as *yields* das dívidas governamentais da Alemanha e França subiram para 2,6% e 3,1% refletindo o ritmo agressivo de subidas das taxas de juro por parte do BCE. Nos Estados-Unidos, o rendimento das "Treasuries" americanas a 10 anos passaram dos 1,5% para os 3,9%, também a refletir o ritmo de subidas das taxas de juro por parte da sua autoridade monetária, a FED.

No Reino Unido, a sua *yield* soberana a 10 anos terminou o ano nos 3,7%.

## YIELDS DAS OBRIGAÇÕES DO TESOIRO A 10 ANOS

	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2022
Estados Unidos	1,5%	3,9%
Alemanha	-0,2%	2,6%
França	0,2%	3,1%
Itália	1,2%	4,7%
Espanha	0,6%	3,7%
Portugal	0,5%	3,6%
Grécia	1,3%	4,6%
Reino-Unido	1,0%	3,7%
Suíça	-0,1%	1,6%

Dados Bloomberg

## MATÉRIAS-PRIMAS: GUIADAS PELO CICLO ECONÓMICO E A GUERRA NA UCRÂNIA

O Índice S&P GS Commodity Index, indexante que reflete a performance das principais matérias-primas obteve uma performance de 8,7%, para este comportamento muito contribuiu a performance das *commodities* energéticas e alimentares. Matérias-Primas industriais contrariam esta tendência, a anteciparem uma contração da economia global.

### EVOLUÇÃO DAS MATÉRIAS-PRIMAS

Nome	Índice	2022
Commodity	S&P GS Commodity Index	8,7%
Petróleo	WTI Crude Oil	6,7%
Ouro	Gold	-0,3%
Prata	Silver	2,8%
Milho	Corn	14,4%
Cobre	Copper	-14,6%
Alumínio	Aluminum	-16,2%
Gas Natural	Natural Gas	22,6%
Soja	Soy beans	14,3%

Dados Bloomberg

## DIVISAS: O DÓLAR COMO PROTAGONISTA DOS ATIVOS DE REFÚGIO

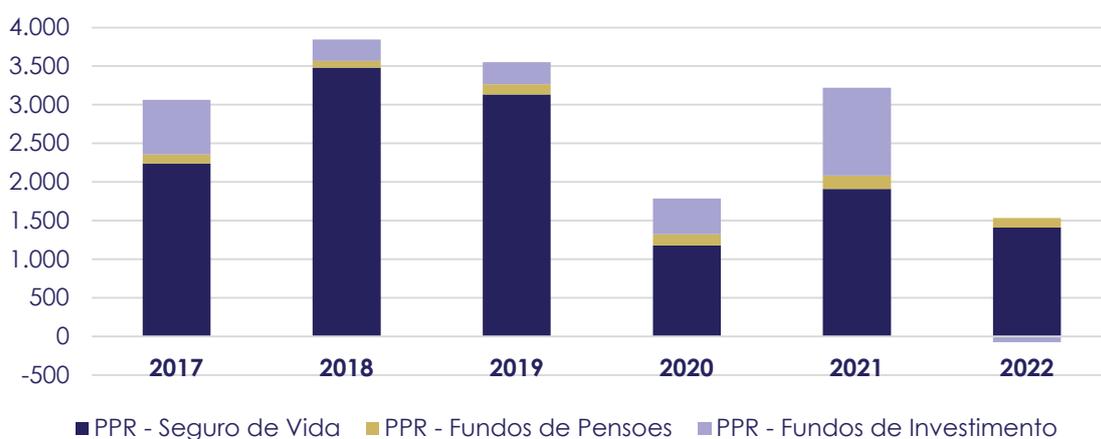
No que diz respeito às divisas, o dólar apreciou face aos seus principais pares cambiais. O dólar apreciou 6,2% face ao euro. Por outro lado, a libra depreciou 5% face ao euro.

## O MERCADO DOS PLANOS POUPANÇA REFORMA EM 2022

### Evolução do mercado nos últimos 6 anos

No ano de 2022, a produção global de Planos Poupança Reforma, a qual contempla as subscrições em fundos PPR bem como as contribuições em fundos de pensões PPR e os prémios em seguros PPR, decresceu 54,7% face ao ano anterior, representando um fluxo de 1460 milhões de euros. Esta diminuição foi causada pela diminuição dos montantes captados dos PPR sob a forma de Fundos de Investimento, que apresentaram uma produção líquida negativa de 73 milhões, valor que contrasta com uma captação positiva de 1138 milhões em 2021. A produção dos PPR sob a forma de Seguro de vida também registou uma diminuição, de 1908M€ em 2021 para 1410M€ em 2022.

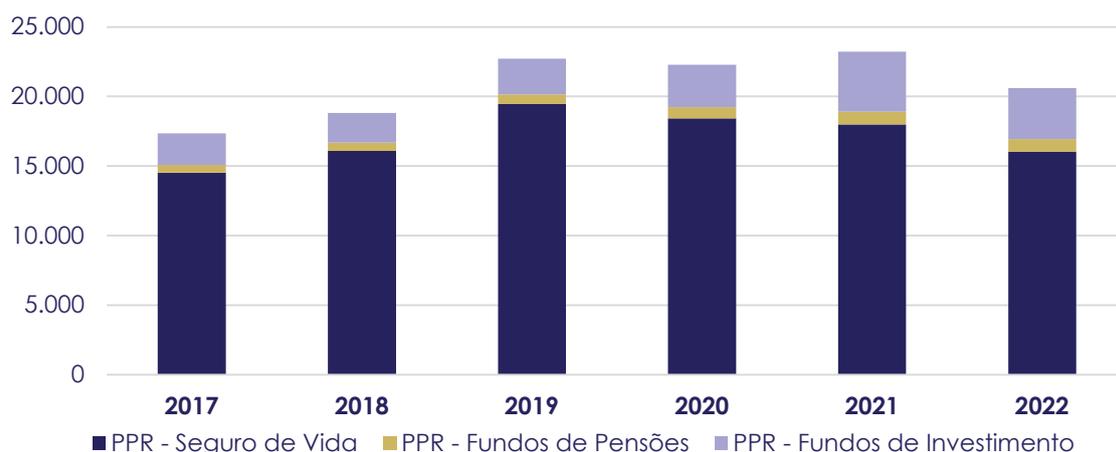
#### PRODUÇÃO DE PPR – 2017-2022



	2017	2018	2019	2020	2021	2022
PPR - Seguro de Vida	2.238	3.479	3.132	1.178	1.908	1.410
PPR - Fundos de Pensões	117	88	132	143	123	123
PPR - Fundos de Investimento	707	278	285	464	1.138	-73
<b>PRODUÇÃO</b>	<b>3.062</b>	<b>3.845</b>	<b>3.549</b>	<b>1.785</b>	<b>3.169</b>	<b>1.460</b>

Valores em 31 de Dezembro, em milhões de euros - Fonte ASF e APFIPP

## ATIVOS GERIDOS PPR – 2017-2022



	2017	2018	2019	2020	2021	2022
PPR - Seguro de Vida	14.522	16.092	19.452	18.420	17.981	16.032
PPR - Fundos de Pensões	540	581	702	799	933	910
PPR - Fundos de Investimento	2.279	2.149	2.569	3.069	4.303	3.659
<b>ATIVOS SOB GESTÃO</b>	<b>17.341</b>	<b>18.822</b>	<b>22.723</b>	<b>22.288</b>	<b>23.217</b>	<b>20.601</b>

Valores em 31 de Dezembro, em milhões de euros - Fonte ASF e APFIPP

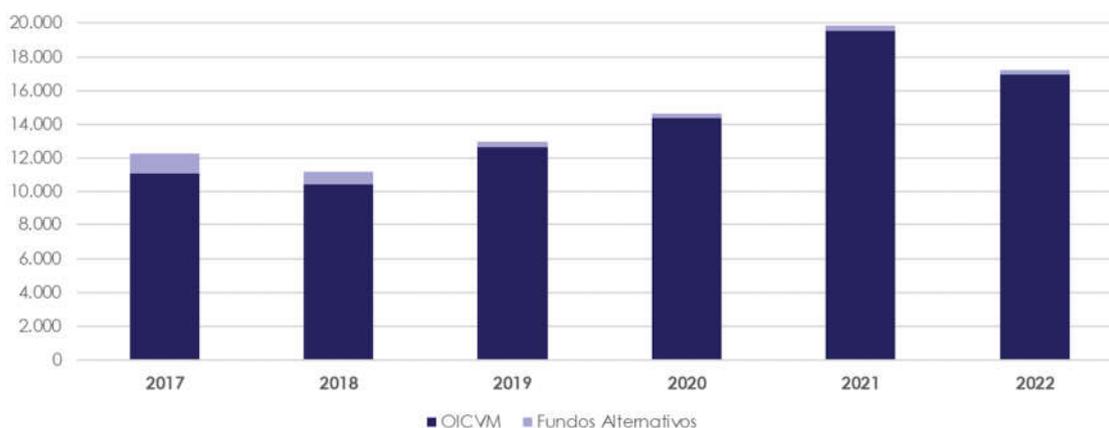
Em termos de ativos sob gestão, o mercado global dos Planos Poupança Reforma em 2022 teve uma redução, causada pela desvalorização do mercado acionista e obrigacionista, e que se traduz num valor de 20.601 milhões de euros, dos quais:

- 78% (16.032 m€) em seguros PPR, o que representa um aumento face aos 77% que representava no final de 2021
- 4% (910 m€) em fundos de pensões PPR
- 18% (3.659 m€) em fundos de investimento mobiliário PPR

## O MERCADO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO EM 2022

No ano de 2022, o mercado Português dos Fundos de Investimento Mobiliário registou uma diminuição dos ativos sob gestão, de 19.849 milhões de euros para 17.225M€. Essa evolução deveu-se essencialmente a uma evolução desfavorável dos mercados financeiros e às subscrições líquidas, que foram negativas em 412,5M€.

## FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO – ATIVOS SOB GESTÃO – 2017-2022



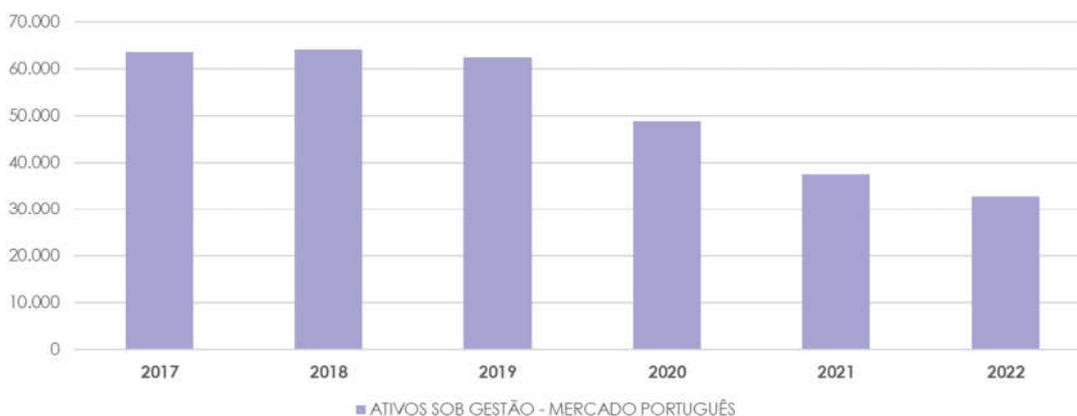
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
OICVM	11.107	10.470	12.644	14.369	19.518	16.929
Fundos Alternativos	1.185	752	354	300	331	296
<b>TOTAL FUNDOS</b>	<b>12.292</b>	<b>11.221</b>	<b>12.998</b>	<b>14.669</b>	<b>19.849</b>	<b>17.225</b>

Valores em 31 de Dezembro, em milhões de euros - Fonte APFIPP

## O MERCADO DA GESTÃO DE PATRIMÓNIOS EM 2022

Em 2022, os ativos sob gestão discricionária de carteiras por conta de outrem registaram uma diminuição de 13% face ao ano anterior, de 37.580M€ em 2021 para 32.816M€ em 2022, continuando a sua trajetória histórica de diminuição do volume de ativos sob gestão.

## GESTÃO DISCRICIONÁRIA – ATIVOS SOB GESTÃO – 2017-2022



	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>ATIVOS SOB GESTÃO</b>	<b>63.469</b>	<b>64.168</b>	<b>62.329</b>	<b>48.852</b>	<b>37.580</b>	<b>32.816</b>

Valores em 31 de Dezembro, em milhões de euros - Fonte APFIPP

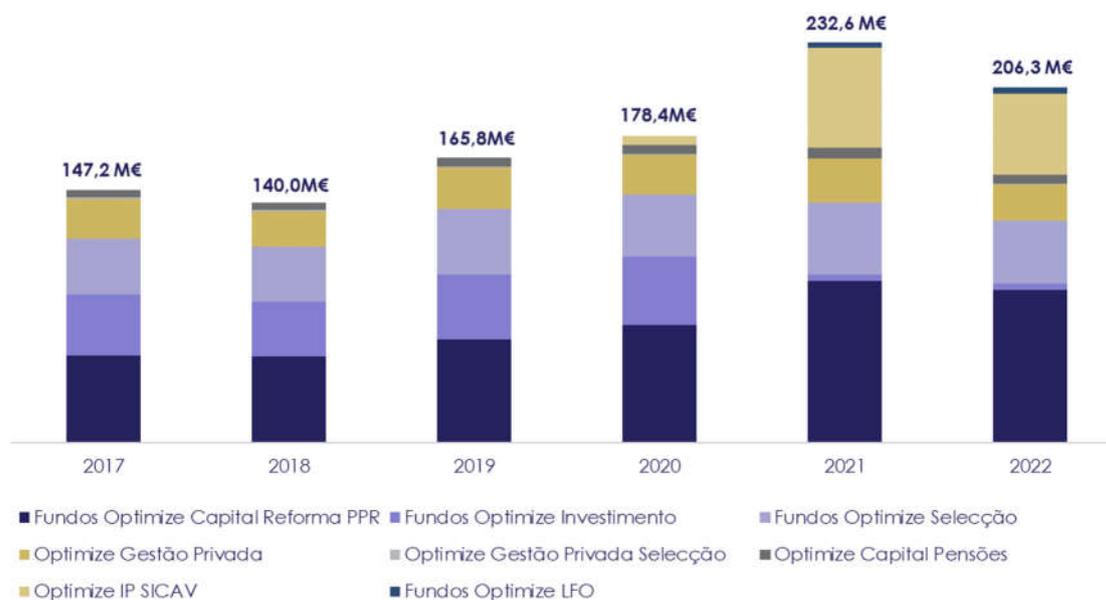
## 1.2 Aspetos mais relevantes da atividade em 2022

### DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE

#### EVOLUÇÃO DOS ATIVOS GERIDOS

Em 2022, os ativos geridos pela Optimize Investment Partners registaram uma evolução negativa, tendo decrescido 11,3%, de 232,6M€ a 31 de dezembro de 2021 para 206,3M€ no final de 2022. Esta redução dos ativos sob gestão deveu-se à desvalorização dos OIC e carteiras geridas pela Optimize, apesar das subscrições líquidas positivas.

#### ATIVOS SOB GESTÃO – 2017-2022



	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO</b>						
Fundos Optimize Capital Reforma PPR	50.745.228	50.244.949	59.877.141	68.112.884	94.360.804	88.981.379
Fundos Optimize Investimento	35.651.054	32.007.279	38.085.463	40.376.963	3.532.425	4.075.815
Fundos Optimize Selecção	32.723.585	31.945.087	37.959.842	36.167.933	41.933.645	36.395.937
Fundos Optimize LFO	0	0	0	0	3.054.368	3.432.894
<b>TOTAL FUNDOS</b>	<b>119.119.866</b>	<b>114.197.315</b>	<b>135.922.445</b>	<b>144.657.780</b>	<b>142.881.242</b>	<b>132.886.024</b>
<b>GESTÃO DE CARTEIRAS</b>						
Optimize Gestão Privada	22.741.322	20.464.236	24.000.829	22.771.032	25.605.011	20.938.011
Optimize Gestão Privada Selecção	993.612	745.670	700.877	430.441	10.336	132.300
Optimize Capital Pensões	4.302.680	4.620.502	5.194.692	5.508.799	5.970.682	5.223.775
Optimize IP SICAV				4.984.500	58.092.781	47.165.519
<b>TOTAL GESTÃO DE CARTEIRAS</b>	<b>28.037.614</b>	<b>25.830.407</b>	<b>29.896.398</b>	<b>33.694.772</b>	<b>89.678.810</b>	<b>73.459.606</b>
<b>TOTAL</b>	<b>147.157.480</b>	<b>140.027.723</b>	<b>165.818.843</b>	<b>178.352.551</b>	<b>232.560.053</b>	<b>206.345.630</b>

Valores em 31 de Dezembro, em euros - Fonte Optimize Investment Partners

## PERFORMANCE DOS FUNDOS

### TABELA DE PERFORMANCE DOS FUNDOS GERIDOS PELA OPTIMIZE INVESTMENT PARTNERS EM 2022

Fundo	2022	DESDE INÍCIO (ANUALIZADA)	INÍCIO
Optimize Capital Reforma PPR / OICVM Ativo	-15,7%	3,1%	25/09/2008
Optimize Capital Reforma PPR / OICVM Equilibrado	-13,8%	2,4%	25/09/2008
Optimize Capital reforma PPR / OICVM Moderado	-10,9%	2,3%	19/08/2010
Optimize Capital reforma PPR / OICVM Agressivo	-25,0%	0,8%	31/12/2018
Optimize Disruption Fund Cat Institucional	-46,6%	-41,8%	06/09/2021
Optimize Disruption Fund Cat Standard	-47,1%	-42,2%	06/09/2021
Optimize IP Global Flexible Fund Class A EUR	-24,2%	3,7%	24/11/2008
Optimize IP Europe Value Fund Class A EUR	-16,9%	2,2%	31/12/2010
Optimize IP Global Bond Fund Class A EUR	-11,9%	2,0%	01/07/2013
Optimize LFO PPR Leopardo Cat Premium	-10,8%	-9,3%	20/09/2021
Optimize LFO PPR Leopardo Cat Discount	-11,6%	-10,0%	20/09/2021
Optimize LFO PPR Leopardo Cat Standard	-12,0%	-10,5%	20/09/2021
Optimize LFO Rise US Equities Cat Institucional	-13,6%	-11,1%	20/09/2021
Optimize LFO Rise US Equities Cat Discount	-14,3%	-11,8%	20/09/2021
Optimize LFO Rise US Equities Cat Standard	-14,7%	-12,3%	20/09/2021
Optimize Selecção Agressiva - Categoria A	-14,1%	1,9%	02/11/2015
Optimize Selecção Agressiva - Categoria B	-13,9%	2,1%	02/11/2015
Optimize Selecção Base - Categoria A	-13,4%	0,6%	02/11/2015
Optimize Selecção Base - Categoria B	-13,2%	0,8%	02/11/2015
Optimize Selecção Defensiva - Categoria A	-14,2%	-1,0%	02/11/2015
Optimize Selecção Defensiva - Categoria B	-14,0%	-0,7%	02/11/2015
Optimize Portugal Golden Opportunities	4,2%	4,2%	31/12/2021

Em 2022, todos os fundos geridos pela Optimize Investment Partners obtiveram rentabilidades negativas, com a exceção do fundo Portugal Golden Opportunities, que teve uma performance de +4,2%. O fundo Optimize Disruption Cat Institucional desvalorizou 46,6% no período.

## EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO

Durante o ano de 2022, a produção líquida atingiu 9,7M€, um decréscimo considerável face ao ano anterior.

A produção líquida foi liderada pela gama Optimize Capital Reforma PPR (+10,2M€).

### PRODUÇÃO – 2017-2022

	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO</b>						
Fundos Optimize Capital Reforma PPR	7.322.680	2.385.301	4.100.655	7.031.646	20.183.263	10.204.837
	9.531.505	6.062.096	14.017.156	19.438.709	43.355.647	44.456.138
Fundos Optimize Investimento	1.157.916	741.435	399.841	963.321	5.874.643	1.889.493
	3.181.856	2.704.264	2.653.824	3.634.285	18.051.245	2.005.816
Fundos Optimize Selecção	5.085.088	1.730.253	1.883.294	845.767	2.662.105	138.945
	7.111.339	3.826.541	3.937.024	4.678.554	6.536.161	3.479.692
Fundos Optimize LFO					3.062.716	768.889
					3.064.405	784.896
<b>TOTAL FUNDOS</b>	<b>13.565.684</b>	<b>4.856.989</b>	<b>6.383.789</b>	<b>8.840.734</b>	<b>31.782.727</b>	<b>13.002.164</b>
	19.824.699	12.592.901	20.608.004	27.751.548	71.007.458	50.726.541
<b>GESTÃO DE CARTEIRAS</b>						
Optimize Gestão Privada	-766.850	-1.101.544	869.358	-1.089.995	711.676	-1.101.954
	1.284.376	686.926	2.263.136	637.272	7.018.414	301.253
Optimize Gestão Privada Selecção	-169.004	-92.940	-23.859	-237.566	5.000	-9.956
	4.952	11.373	0	0	5.000	0
Optimize IP SICAV				5.000.000	4.488.981	-2.211.549
				5.000.000	6.939.979	3.109.948
<b>TOTAL GESTÃO DE CARTEIRAS</b>	<b>-844.155</b>	<b>-665.648</b>	<b>832.621</b>	<b>3.901.349</b>	<b>5.205.657</b>	<b>-3.323.460</b>
	1.652.970	1.360.039	2.483.884	6.124.206	13.963.393	3.411.201
<b>TOTAL</b>	<b>12.721.529</b>	<b>4.191.341</b>	<b>7.216.411</b>	<b>12.742.083</b>	<b>36.988.384</b>	<b>9.678.705</b>
	21.477.669	13.952.940	23.091.888	33.875.754	84.970.851	54.137.742

Valores em 31 de Dezembro, em euros. Valores Líquidos. Valores ilíquidos em itálicos. Fonte Optimize Investment Partners.

## PERSPETIVAS PARA 2023

Em 2023 e nos anos seguintes, a Optimize Investment Partners pretende:

- Reforçar a sua quota de mercado no mercado nacional através de novas parcerias de distribuição e do reforço do investimento em marketing.
- Aumentar a subscrição de fundos PPR por empresas a favor dos seus colaboradores.
- Consolidar a distribuição internacional dos sub-fundos da Optimize IP SICAV, em Espanha, Bélgica, Luxemburgo, Itália.
- Celebrar uma parceria estratégica com entidade gestora europeia.
- Aumentar a sua presença física em Portugal e equacionar presença em Espanha.
- Melhorar as ferramentas digitais ao dispor dos seus clientes, através do upgrade das funcionalidades do espaço-cliente.

## 1.3 Contas 2022

### RESULTADOS DO EXERCÍCIO

A Optimize Investment Partners, SGOIC, SA alcançou em 2022 um Produto Bancário de 2 251 122,12 €, e um resultado antes de impostos de 845 553,33 €. O resultado líquido do ano atingiu os 655 133,38 €.

#### Síntese da Demonstração dos Resultados a 31 de Dezembro de 2022

	2022	2021
Juros e rendimentos similares	1 806,25 €	1 725,07 €
Juros e encargos similares	91,66 €	0,00 €
<b>Margem Financeira</b>	<b>1 714,59 €</b>	<b>1 725,07 €</b>
Rendimentos de serviços e comissões	2 861 021,85 €	2 918 752,46 €
Encargos com serviços e comissões	708 101,32 €	641 720,07 €
Resultados de ativos financeiros	802,57 €	0,00 €
Resultados de reavaliação cambial	-123,98 €	0,00 €
Outros resultados de exploração	95 808,41 €	-41 620,26 €
<b>Produto bancário</b>	<b>2 251 122,12 €</b>	<b>2 237 137,20 €</b>
Custos com pessoal	856 869,72 €	801 124,89 €
Gastos gerais administrativos	528 094,77 €	420 489,17 €
Amortizações do exercício	20 604,30 €	24 704,17 €
Provisões líquidas de reposições e anulações	0,00 €	0,00 €
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>845 553,33 €</b>	<b>990 818,97 €</b>
Impostos Correntes	190 419,95 €	225 241,80 €
Impostos Diferidos	0,00 €	0,00 €
<b>Resultado após impostos</b>	<b>655 133,38 €</b>	<b>765 577,17 €</b>

O resultado antes de impostos do exercício foi afetado pela diminuição dos Ativos sob Gestão, decorrente da tendência de desvalorização registada nos mercados financeiros em 2022, tanto na vertente de ações como de obrigações, e pelo aumento dos custos com pessoal que se deveu à contratação de colaboradores e ajustes salariais. Os gastos gerais administrativos, refletem o investimento em marketing e tecnologias da informação, necessários à expansão da atividade.

Nos próximos anos, a Optimize pretende regressar ao crescimento do seu produto bancário e dos resultados, como consequência do aumento dos ativos sob gestão, tanto pela captação líquida como pela recuperação e valorização dos mercados financeiros.

## Tesouraria em 31 de Dezembro de 2022

A empresa dispunha no final de 2022 de uma tesouraria de 1 506 487,29 €.

### TESOURARIA EM 31 DE DEZEMBRO

	2022	2021
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	17,90 €	17,90 €
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1 006 469,39 €	1 153 629,60 €
Depósitos a prazo em outras instituições de crédito	500 000,00 €	500 000,00 €
<b>Tesouraria Total</b>	<b>1 506 487,29 €</b>	<b>1 653 647,50 €</b>

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício, de 655 133,38 €, seja aplicado da seguinte forma:

- 32 756,67 € (ou seja 5%) para Reserva Livre
- 622 376,71 € (ou seja 95%) para Dividendos

## OUTRAS INFORMAÇÕES

Ao abrigo do Decreto-Lei 411/91 de 17 de Outubro, informa-se que à data de 31 de Dezembro de 2022 não existia qualquer dívida para com a Segurança Social.

Para o efeito dos Artigos 289º, 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, ver o anexo ao presente Relatório.

## **PERSPETIVAS FUTURAS**

Não se perspetivam para 2023 alterações significativas na atividade da sociedade.

## **FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO**

À data de conclusão deste relatório, e derivado das atuais circunstâncias, o Conselho de Administração continua a acompanhar, de forma atenta o desenrolar do conflito na Ucrânia. A Optimize, enquanto sociedade gestora, irá manter o acompanhamento da evolução dos eventuais novos impactos que possam surgir ao longo de 2023, adotando medidas de minimização dos riscos tendo presente a dinâmica das circunstâncias macroeconómicas.

Face ao exposto, consideramos que as circunstâncias excecionais acima apresentadas não colocam em causa a continuidade das operações e a solidez financeira da Optimize Investment Partners.

Lisboa, 28 de Março de 2023

Pela Administração

## 2 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## 2.1 Balanço

### BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021, EM EUROS

		EUR	
	Notas	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativos</b>		Valor líquido	
Caixa e saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	1	1.006.487,29	1.153.647,50
Dinheiro em caixa		17,90	17,90
Outros depósitos à ordem		1.006.469,39	1.153.629,60
Ativos financeiros não negociáveis obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	2	81.489,50	67.674,41
Títulos de dívida		81.489,50	67.674,41
Ativos financeiros pelo custo amortizado		500.000,00	500.000,00
Aplicações em instituições de crédito		500.000,00	500.000,00
Ativos tangíveis	4	26.206,76	25.711,92
Ativos intangíveis	5	4.819,83	11.089,87
Ativos por impostos	3	101.687,56	0,00
Ativos por impostos correntes		98.899,44	0,00
Ativos por impostos diferidos		2.788,12	0,00
Outros ativos	6	622.871,36	513.319,96
<b>Ativos Totais</b>		<b>2.343.562,30</b>	<b>2.271.443,66</b>
		EUR	
	Notas	31/12/2022	31/12/2021
<b>Passivos</b>			
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	8	386.112,78	236.079,73
Outros passivos financeiros		386.112,78	236.079,73
Passivos por impostos	7	190.419,95	225.241,80
Passivos por impostos correntes		190.419,95	225.241,80
Outros passivos	8	174.198,32	171.991,88
<b>Passivos Totais</b>		<b>750.731,05</b>	<b>633.313,41</b>
<b>Capital Próprio</b>			
Capital	9	450.771,71	450.771,71
Capital realizado		450.771,71	450.771,71
Instrumentos de capital próprio emitidos, exceto capital	9	126.037,29	126.037,29
Outros instrumentos de capital próprio emitidos		126.037,29	126.037,29
Reservas de reavaliação		-9.603,52	1.809,41
Outras reservas		370.492,39	293.934,67
Resultados atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe		655.133,38	765.577,17
<b>Capital Próprio Total</b>		<b>1.592.831,25</b>	<b>1.638.130,25</b>
<b>Capital Próprio Total e Passivos Totais</b>		<b>2.343.562,30</b>	<b>2.271.443,66</b>

## 2.2 Demonstração dos Resultados

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021, EM EUROS

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
EUR			
<b>Receitas de juros</b>	<b>10</b>	<b>1.806,25</b>	<b>1.725,07</b>
Ativos financeiros não negociáveis obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados		1.806,25	1.725,07
<b>(Despesas com juros)</b>		<b>91,66</b>	<b>0,00</b>
(Despesas com juros sobre ativos)		91,66	0,00
<b>Receitas de taxas e comissões</b>	<b>11</b>	<b>2.861.021,85</b>	<b>2.918.752,46</b>
<b>(Despesas de taxas e comissões)</b>	<b>12</b>	<b>708.101,32</b>	<b>641.720,07</b>
<b>Ganhos ou perdas (-) com ativos financeiros não negociáveis obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido</b>	<b>13</b>	<b>802,57</b>	<b>0,00</b>
<b>Diferenças cambiais [ganhos ou perdas (-)], valor líquido</b>	<b>13</b>	<b>-123,98</b>	<b>0,00</b>
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>14</b>	<b>162.208,38</b>	<b>34.821,93</b>
<b>(Outras despesas operacionais)</b>	<b>15</b>	<b>66.399,97</b>	<b>76.442,19</b>
<b>RECEITAS OPERACIONAIS TOTAIS, VALOR LÍQUIDO</b>		<b>2.251.122,12</b>	<b>2.237.137,20</b>
<b>(Despesas administrativas)</b>		<b>1.384.964,49</b>	<b>1.221.614,06</b>
(Despesas de pessoal)	<b>16</b>	856.869,72	801.124,89
(Outras despesas administrativas)	<b>17</b>	528.094,77	420.489,17
<b>(Depreciações)</b>		<b>20.604,30</b>	<b>24.704,17</b>
(Ativos fixos tangíveis)	<b>4</b>	14.334,26	15.445,86
(Outros ativos intangíveis)	<b>5</b>	6.270,04	9.258,31
<b>LUCROS OU PREJUÍZOS (-) DE UNIDADES OPERACIONAIS EM CONTINUAÇÃO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>845.553,33</b>	<b>990.818,97</b>
(Despesas ou receitas (-) com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em continuação)	<b>20</b>	190.419,95	225.241,80
<b>LUCROS OU PREJUÍZOS (-) DE UNIDADES OPERACIONAIS EM CONTINUAÇÃO APÓS DEDUÇÃO DE IMPOSTOS</b>		<b>655.133,38</b>	<b>765.577,17</b>
<b>LUCROS OU PREJUÍZOS (-) DO EXERCÍCIO</b>		<b>655.133,38</b>	<b>765.577,17</b>
Atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe		655.133,38	765.577,17

## 2.3 Demonstração de Rendimento Integral

---

### DEMONSTRAÇÃO DE RENDIMENTO INTEGRAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021, EM EUROS

EUR

<b>Rúbricas</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Lucros ou prejuízos do exercício	655.133,38	765.577,17
Ganhos/Perdas líquidas em títulos disponíveis para venda	-11.412,93	-1.944,79
<b>Total do rendimento integral do período líquido de impostos</b>	<b>643.720,45</b>	<b>763.632,38</b>

## 2.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 2022 E 2021, EM EUROS

	EUR	
	2022	2021
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>		
Comissões recebidas	2.982.056,32	2.820.641,60
Pagamento de comissões	-124.507,59	-103.086,51
Pagamentos a empregados	-578.473,96	-491.820,50
Pagamentos a fornecedores	-665.826,49	-609.849,24
Pagamentos ao Estado e Seg. Social	-580.649,00	-704.979,45
Outros recebimentos relativos à atividade operacional	248.488,89	2.005.444,60
Outros pagamentos relativos à atividade operacional	-500.767,41	-1.996.623,79
Pagamentos e recebimentos de impostos sobre lucros	-197.682,00	-136.206,00
	<b>582.638,76</b>	<b>783.520,71</b>
<b>Fluxos de caixa de atividades de investimento</b>		
<b>Recebimentos respeitando a:</b>		
Venda de ativos financeiros	66.667,57	194.384,27
Venda de ativos tangíveis e intangíveis	61,50	246,00
Juros e proventos similares	1.806,25	1.682,63
<b>Pagamentos respeitando a:</b>		
Aquisição de ativos financeiros	-93.881,14	0,00
Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis	-15.433,70	-6.066,67
Aplicações em instituições de crédito	0,00	-500.000,00
Dividendos	-689.019,45	-448.512,93
	<b>-729.798,97</b>	<b>-758.266,70</b>
<b>Variação líquida em caixa e seus equivalentes</b>	<b>-147.160,21</b>	<b>25.254,01</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início de período</b>	<b>1.153.647,50</b>	<b>1.128.393,49</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim de período</b>	<b>1.006.487,29</b>	<b>1.153.647,50</b>

## 2.5 Demonstração de Alterações no Capital Próprio

### DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2022 E 2021, EM EUROS

EUR

	Capital	Prémios de emissão	Outros Instrumentos de Capital	Reservas legais	Reservas livres	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos diferidos	Acções próprias	Resultados transitados	Resultados do exercício	Capitais próprios
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>450.771,71</b>	<b>0,00</b>	<b>126.037,29</b>	<b>223.458,34</b>	<b>0,00</b>	<b>3.754,20</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-8.673,01</b>	<b>527.662,27</b>	<b>1.323.010,80</b>
<b>Alterações no exercício</b>											
Aplicação do resultado de 2020				52.766,23	26.383,11					-79.149,34	0,00
Redução de capital social											0,00
Efeito de valorização de títulos detidos 2021							-1.944,79				-1.944,79
Transferência dos resultados transitados para reservas livres					-8.673,01				8.673,01		0,00
Resultado Líquido										765.577,17	765.577,17
<b>Operações com detentores de capital</b>											0,00
Distribuição de Dividendos										-448.512,93	-448.512,93
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>450.771,71</b>	<b>0,00</b>	<b>126.037,29</b>	<b>276.224,57</b>	<b>17.710,10</b>	<b>1.809,41</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>765.577,17</b>	<b>1.638.130,25</b>
<b>Alterações no exercício</b>											
Aplicação do resultado de 2021					76.557,72					-76.557,72	0,00
Redução de capital social											0,00
Efeito de valorização de títulos detidos 2022											-14.201,05
Transferência dos resultados transitados para reservas livres											0,00
Impostos diferidos resultantes da valorização ao justo valor							2.788,12				2.788,12
Resultado Líquido										655.133,38	655.133,38
<b>Operações com detentores de capital</b>											0,00
Distribuição de Dividendos										-689.019,45	-689.019,45
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>450.771,71</b>	<b>0,00</b>	<b>126.037,29</b>	<b>276.224,57</b>	<b>94.267,82</b>	<b>-12.391,64</b>	<b>2.788,12</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>655.133,38</b>	<b>1.592.831,25</b>

## | 3 ANEXOS

## 3.1 Anexo ao Relatório de Gestão

---

### RELAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Conforme o estipulado no Art. 289º do Código das Sociedades Comerciais:

#### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

---

Presidente	Claire Moulard Teixeira
Secretário	Pedro Gonçalves Dias de Pinho

---

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

---

Presidente	Pedro Miguel de Oliveira Lino
Administradores	Tiago da Silva Delfim de Matos Diogo Pereira dos Santos Teixeira José dos Santos Teixeira Nuno Ricardo Teixeira dos Santos

---

#### REVISOR OFICIAL DE CONTAS

---

Revisor Oficial de Conta	Mazars & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. representada por Pedro Miguel Pires de Jesus
Suplente do Revisor Oficial de Conta	Luís Filipe Soares Gaspar, ROC

---

#### CONSELHO FISCAL

---

Presidente	Vítor Fernando Cardoso Simões
Vogais	Pedro Filipe Ponte Pais Borges Ricardo Nepomuceno Ramirez
Suplente	Paula Cristina Pinto Pires de Jesus

---

### INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Nos termos do Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, os membros dos Órgãos de Administração e fiscalização com participações no capital social da sociedade, através da Optimize Investimento SGPS S.A. são:

- Pedro Miguel de Oliveira Lino, através da Long Term SGPS SA: 39,69%
- Tiago da Silva Delfim de Matos: 2%
- Nuno Ricardo Teixeira dos Santos: 1,19%

## INFORMAÇÃO SOBRE AS PARTICIPAÇÕES DE ACIONISTAS NO CAPITAL DA SOCIEDADE

Em 31 de Dezembro de 2022, nos termos do Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, a estrutura acionista da sociedade é a seguinte:

<b>Acionista</b>	<b>Ações</b>	<b>% do Capital</b>
Optimize Investimento, SGPS, SA	153.847	100%
	153.847	100%

## INFORMAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

Como detalhado na Política de Remunerações da Sociedade:

1. Na definição da política de remuneração foi utilizado um processo em duas fases, a primeira consistindo na formulação de uma proposta por parte do Conselho de Administração, contando com o Parecer positivo do Conselho Fiscal e a segunda consistindo na sua validação pela Assembleia Geral. Tendo em conta a dimensão da instituição, não foram utilizados consultores externos.
2. A componente variável da remuneração dos colaboradores abrangidos pela Política de Remunerações é composta dos seguintes elementos:
  - Responsáveis pela função de Controlo de Riscos, Controlo de Cumprimento, responsáveis pelas áreas de gestão de investimentos, administrativa, marketing e recursos humanos, outros tomadores de risco e colaboradores que auferam remunerações elevadas e cujas atividades profissionais tenham um impacto significativo no perfil de risco: A remuneração dos colaboradores mencionados compreende uma componente fixa, podendo conter uma componente variável definida casuisticamente.
  - Administradores não executivos: não são remunerados
  - Administradores executivos: compreende uma componente fixa, podendo conter uma componente variável definida casuisticamente
  - Conselho Fiscal: exclusivamente remuneração fixa

Informamos ainda que:

1. Os órgãos competentes para realizar a avaliação do desempenho individual são:
  - Para os Colaboradores: os Administradores Executivos
  - Para os Administradores: a Assembleia Geral
2. Não existe avaliação de desempenho individual em que se baseie o direito a uma componente variável da remuneração.

## 3.2 Anexo às Demonstrações Financeiras

---

(Valores expressos em euros)

### NOTA INTRODUTÓRIA

A Optimize Investment Partners, SGOIC, SA foi constituída em 29 de Abril de 2008, e autorizada em 3 de Setembro pela CMVM para as atividades de gestão de fundos de investimento mobiliário e de gestão discricionária de carteiras, com o número de registo 327. Posteriormente, a Optimize foi autorizada para as atividades acessórias de registo e depósito de instrumentos financeiros e receção e transmissão de ordens por conta de outrem.

### BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos nos seguintes pressupostos:

#### a) Pressupostos de continuidade

No âmbito do pressuposto de continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade em prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições em prosseguir, presumindo-se a sua continuidade.

Assim as demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos.

#### b) Regime do acréscimo

A entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

#### c) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis há mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões são classificados como ativos e passivos não correntes.

#### d) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos na demonstração da posição financeira, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

#### e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

#### f) Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face da demonstração da posição financeira, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração dos fluxos de caixa ou no anexo.

#### **g) Consistência de apresentação**

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro.

#### **h) Compensação**

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela IFRS, conforme definido na IAS 1. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedido pela Entidade.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

#### **i) Eventos subsequentes**

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data da demonstração da posição financeira, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

## **PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram feitas com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso.

O Conselho de Administração da entidade entende que as demonstrações separadas anexas e as notas que se seguem asseguram uma adequada apresentação da informação financeira individual.

### **Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende (i) o seu preço de compra, (ii) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, (iii) sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis são registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

Os custos subsequentes são incluídos no custo de aquisição do ativo fixo ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade e o respetivo custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que ocorrem.

Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto no período em que incorrem.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A quantia depreciável de um ativo é determinada após dedução do seu valor residual, sempre que este não é considerado imaterial.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- Edifícios e outras construções: 1 a 15 anos;
- Equipamento básico: 1 a 10 anos;
- Equipamento de transporte: 4 anos;
- Equipamento administrativo: 1 a 20 anos;
- Outros ativos fixos tangíveis: 1 a 10 anos.

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por Imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda (valor de realização) e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

### **Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam, identificáveis, controláveis e mensuráveis com fiabilidade.

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações dos ativos intangíveis com vida útil definida são calculadas de acordo com o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito de qualquer alteração a estas estimativas reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- Projetos de desenvolvimento: 1 a 3 anos;
- Programas de computador: 3 a 4 anos;
- Propriedade industrial: 3 a 20 anos.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos intangíveis com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa

relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por Imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo intangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda (valor de realização) e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

No caso de existirem despesas relativas a investimentos intangíveis não concluídos, estas são registadas em Ativos Intangíveis em Curso, ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade.

### **Imparidade de ativos**

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos.

A quantia recuperável do ativo é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzindo dos custos diretamente atribuíveis à alienação.

O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil.

A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

## Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos na data da sua negociação (isto é, a data em que a entidade se compromete a adquirir ou alienar o ativo) pelo custo amortizado, pelo justo valor através outro rendimento integral ou pelo justo valor através dos resultados com base:

- No modelo de negócio da entidade para gerir os ativos financeiros e
- Nas características contratuais em termos de fluxos de caixa do ativo financeiro.

Os ativos financeiros são classificados de acordo com o objetivo inerente à sua aquisição, numa das seguintes categorias:

a) Ativos financeiros ao custo amortizado – os ativos financeiros que apresentem as seguintes características:

- O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter ativos financeiros a fim de recolher fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida;

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos financeiros:

a.1) Clientes e outros créditos a receber

As contas de “Clientes” e todas as outras rubricas de créditos a receber são mensuradas ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade, que a existirem são reconhecidas nos resultados, para que se possa refletir o seu valor realizável líquido.

a.2) Caixa e depósitos bancários

O caixa compreende o dinheiro em caixa em depósitos à ordem.

Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu custo.

a.3) Empréstimos concedidos e contas a receber - ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis que não estão cotados num mercado ativo. Estes ativos são mensurados inicialmente pelos seus justos valores acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado através do método do juro efetivo.

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de resultados financeiros utilizando o método da taxa efetiva.

b) Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral se forem satisfeitas ambas as seguintes condições:

- O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado através da recolha de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros; e,
- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

c) Ativos financeiros pelo justo valor através dos resultados

Um ativo financeiro é mensurado pelo justo valor através dos resultados, exceto se for mensurado pelo custo amortizado ou pelo justo valor através de outro rendimento integral. No entanto, uma entidade pode optar irrevogavelmente, no reconhecimento inicial de determinados investimentos em instrumentos de capital próprio que, de outra forma, seriam mensurados pelo justo valor através dos resultados, por apresentar as alterações subsequentes no justo valor através de outro rendimento integral.

A entidade classifica todos os passivos financeiros como subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, com exceção de:

- a. Passivos financeiros pelo justo valor através dos resultados. Esses passivos, incluindo os derivados que sejam passivos, são subsequentemente mensurados pelo justo valor.
- b. Passivos financeiros que surjam quando uma transferência de um ativo financeiro não satisfaz as condições para o desreconhecimento ou quando se aplica a abordagem do envolvimento continuado.
- c. Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo mais alto dos seguintes valores:
  - A quantia da provisão para perdas e
  - A quantia inicialmente reconhecida deduzida, quando apropriado, da quantia acumulada de rendimento reconhecida em conformidade com os princípios da IFRS 15.
- d. Os compromissos de concessão de um empréstimo a uma taxa de juro inferior à do mercado. O emitente desse compromisso mensura-o subsequentemente pelo mais alto dos seguintes valores:
  - A quantia da provisão para perdas e
  - A quantia inicialmente reconhecida deduzida, quando apropriado, da quantia acumulada de rendimento reconhecida em conformidade com os princípios da IFRS 15.
- e. A retribuição contingente reconhecida por um adquirente numa concentração de atividades empresariais à qual se aplica a IFRS 3. Essa retribuição contingente é subsequentemente mensurada pelo justo valor, com alterações reconhecidas nos resultados.

Nesta categoria de passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado incluem-se, consequentemente, os seguintes passivos financeiros:

e.1) Fornecedores e Outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a pagar, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

e.2) Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal contratado líquido dos custos de transação incorridos e são considerados correntes sempre e quando a sua exigibilidade se verifique no prazo de um ano a contar da data da demonstração financeira.

Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração de resultados e do outro rendimento integral ao longo do período de empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como um gasto do período em que incorram, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo são objeto de capitalização. Os outros custos

de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

A capitalização destes custos inicia no momento em que os dispêndios começam a ser incorridos com o ativo e prolongam-se até à conclusão das atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Quando as atividades necessárias à preparação do ativo são interrompidas, a sua capitalização é suspensa. Se existir um rendimento gerado por um empréstimo obtido antecipadamente, esse rendimento é deduzido aos encargos financeiros capitalizáveis.

### **Imparidade de ativos financeiros e sua reversão**

A entidade reconhece uma provisão para perdas de crédito previstas relativamente a um ativo financeiro que é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, uma conta a receber de locação, um ativo resultante de um contrato ou um compromisso de concessão de empréstimo e um contrato de garantia financeira a que se aplicam os requisitos em matéria de imparidade.

A entidade aplica os requisitos em matéria de imparidade para o reconhecimento e a mensuração de uma provisão para perdas relativamente a ativos financeiros que são mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral. No entanto, a provisão para perdas é reconhecida em outro rendimento integral e não reduz a quantia escriturada do ativo financeiro na demonstração da posição financeira.

Em cada data de relato, uma entidade mensura a provisão para perdas relativamente a um instrumento financeiro por uma quantia igual às perdas de crédito esperadas ao longo da respetiva duração se o risco de crédito associado a esse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

O objetivo dos requisitos em matéria de imparidade consiste em reconhecer as perdas de crédito esperadas ao longo da respetiva duração relativamente a todos os instrumentos financeiros que tenham sido objeto de aumentos significativos do risco de crédito desde o reconhecimento inicial — avaliado numa base individual ou coletiva — tendo em conta todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo as prospetivas.

Se, à data de relato, o risco de crédito associado a um instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, a entidade mensura a provisão para perdas relativa a esse instrumento financeiro por uma quantia equivalente às perdas de crédito esperadas num prazo de 12 meses.

A entidade reconhece nos seus resultados, como um ganho ou uma perda por imparidade, a quantia das perdas de crédito (ou reversões) esperadas que é necessária para que a provisão para perdas à data de relato corresponda à quantia que deve ser reconhecida.

### **Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

São desreconhecidos ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais são retidos alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

### **Capital**

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções serão apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido. As ações próprias já adquiridas ou a adquirir são reconhecidas no capital próprio, em rubrica própria e registadas ao custo de aquisição, se a compra for efetuada à vista, ou ao justo valor estimado se a compra for diferida.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, quando detenha ações próprias, a entidade terá de garantir, a cada momento, a existência de reservas no Capital Próprio suficientes para cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

As distribuições aos detentores dos instrumentos de capital próprio apenas são reconhecidas como um passivo e debitadas diretamente no capital próprio da entidade, no exercício em que essas distribuições são aprovadas pelos acionistas.

### **Outros instrumentos de capital próprio**

Um instrumento financeiro é classificado como sendo um instrumento de capital próprio, quando o mesmo evidencia um interesse residual nos ativos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos. Os custos diretamente atribuíveis à constituição/emissão de instrumentos de capital próprio são registados como uma dedução ao valor da mesma.

Os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contractual independentemente da forma legal que assumem.

### **Ativos e Passivos Contingentes**

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos, objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

### **Diferimentos**

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorreram, mas que devem ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

### **Rédito e especialização de exercícios**

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

### **Benefícios dos empregados**

Os benefícios dos empregos classificam-se em: a) benefícios de curto prazo; e b) benefícios de cessação.

#### **a) Benefícios de curto-prazo**

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos

dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações é relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/constructiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade).

b) Benefícios de cessação

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

### **Imposto sobre o Rendimento**

O imposto sobre o rendimento do exercício inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados nas respetivas rubricas do capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

A entidade é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de geral de 21% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando se tenham verificado prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais dos anos de 2019 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão, embora a mesma considere que não é previsível qualquer liquidação adicional com efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Os impostos diferidos são reconhecidos com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente aprovadas na data de relato.

Um ativo por impostos diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias e reportes fiscais dedutíveis até ao ponto em que seja provável que exista um lucro tributável ao qual a diferença temporária dedutível possa ser usada, a não ser que o ativo por impostos diferidos resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais e, no momento da transação, não afete o lucro contabilístico nem o lucro tributável.

Um passivo por impostos diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias tributáveis exceto quando esse imposto diferido resultar de reconhecimento inicial do goodwill ou reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais e não afete, no momento dessa transação, nem o lucro contabilístico nem o lucro tributável. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

O montante de imposto diferido que resulte de transações ou eventos reconhecidos em contas de capital próprio, é registado diretamente nessas mesmas rubricas, não afetando os lucros e prejuízos do exercício.

### **Transações e saldos em moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras da Entidade são apresentadas em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Entidade) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos ou recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data da demonstração da posição financeira dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da sua natureza (operacional, investimento e financiamento) no período em que são geradas.

## **ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

### **Alterações voluntárias de políticas contabilísticas**

Durante o exercício de 2022 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

A introdução em termos de normativo contabilístico das Normas Internacionais de Contabilidade não implicaram alterações de políticas contabilísticas.

## NOTA 1 - CAIXA E SALDOS DE CAIXA EM BANCOS CENTRAIS E OUTROS DEPÓSITOS À ORDEM

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
<b>Depósitos à Ordem</b>	<b>1.006.469,39</b>	<b>1.153.629,60</b>
Banco Invest	0,00	102.888,46
Banque de Luxembourg	36.815,65	79.908,48
Banco BPI	0,00	26.254,98
Andbank Luxembourg	180,45	355,45
Banco de Investimento Global	908.189,96	930.943,98
Banco de Investimento Global - Conta Research	4.667,16	13.278,25
Millennium BCP	56.616,17	0,00
<b>Dinheiro em caixa</b>	<b>17,90</b>	<b>17,90</b>
<b>Total</b>	<b>1.006.487,29</b>	<b>1.153.647,50</b>

## NOTA 2 - ATIVOS FINANCEIROS NÃO NEGOCIÁVEIS OBRIGATORIAMENTE AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	Saldo a 31.12.2021	Ativos adquiridos	Ativos alienados	Registo em reservas decorrentes da valorização	Resultados de vendas	Amortização do ativo	Justo valor a 31.12.2022
OT PGB 2.875% 10/15/25	67.674,41	0,00	0,00	-1.219,44	-66.454,97	0,00	0,00
OT PGB 2.125% 10/17/28	0,00	93.881,14	0,00	-12.391,64	0,00	0,00	81.489,50
	<b>67.674,41</b>	<b>93.881,14</b>	<b>0,00</b>	<b>-13.611,08</b>	<b>-66.454,97</b>	<b>0,00</b>	<b>81.489,50</b>

O título OT PGB 2.875% 10/15/25 é uma obrigação do Tesouro Português com juro fixo de 2.875% e vencimento em 15 de Outubro de 2025, dado em penhor a favor ao Sistema de Indemnização aos Investidores (SII). Este título foi alienado em 2022 uma vez que estava custodiado no Banco Invest e a Optimize procedeu ao encerramento da conta bancária que detinha junto da referida instituição.

O título OT PGB 2.125% 10/17/28 é uma obrigação do Tesouro Português com juro fixo de 2.125% e vencimento em 17 de Outubro de 2028. Este título foi adquirido para substituir no ativo alienado identificado no parágrafo acima, tendo a Optimize aproveitado para alongar a maturidade dos títulos dados como garantia ao SII.

## NOTA 3 - ATIVOS POR IMPOSTOS

	2022	2021
<b>Ativos por impostos</b>	<b>101.687,56</b>	<b>0,00</b>
Ativos por impostos correntes	98.899,44	0,00
Outras Contas de Regularização - IVA	98.899,44	0,00
Ativos por impostos diferidos	2.788,12	0,00

## NOTA 4 - ATIVOS TANGÍVEIS

Os outros ativos tangíveis da sociedade são representados pelas seguintes rubricas:

Ativo tangível	Saldo Inicial	Reavaliação Ajustamentos	Aumentos	Alienação	Transferências e Abates	Saldo Final
Obras em imóveis arrendados	21.045,31	0,00	0,00	0,00	0,00	21.045,31
Mobiliário e material	57.868,88	0,00	0,00	0,00	0,00	57.868,88
Outras máquinas administrativas	1.792,55	0,00	0,00	0,00	0,00	1.792,55
Equipamento informático	85.705,05	0,00	14.301,10	0,00	0,00	100.006,15
Instalações interiores	3.482,38	0,00	0,00	0,00	0,00	3.482,38
Outros ativos tangíveis	15.231,34	0,00	247,78	0,00	0,00	15.479,12
<b>Total Bruto</b>	<b>185.125,51</b>	<b>0,00</b>	<b>14.548,88</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>199.674,39</b>
Obras em imóveis arrendados	19.232,76	0,00	1.812,55	0,00	0,00	21.045,31
Mobiliário e material	46.064,80	0,00	2.804,29	0,00	0,00	48.869,09
Outras máquinas administrativas	1.409,84	0,00	172,13	0,00	0,00	1.581,97
Equipamento informático	78.808,26	0,00	7.386,87	0,00	0,00	86.195,13
Instalações interiores	3.482,38	0,00	0,00	0,00	0,00	3.482,38
Outros ativos tangíveis	10.415,55	0,00	1.878,20	0,00	0,00	12.293,75
<b>Total amortizações</b>	<b>159.413,59</b>	<b>0,00</b>	<b>14.054,04</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>173.467,63</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>25.711,92</b>	<b>0,00</b>	<b>494,84</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>26.206,76</b>

## NOTA 5 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis da sociedade são representados pelas seguintes rubricas:

Ativo intangível	Saldo Inicial	Reavaliação Ajustamentos	Aumentos	Alienação	Transferências e Abates	Saldo Final
Software	107.139,70	0,00	0,00	0,00	0,00	107.139,70
<b>Total Bruto</b>	<b>107.139,70</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>107.139,70</b>
Software	96.049,83	0,00	6.270,04	0,00	0,00	102.319,87
<b>Total amortizações</b>	<b>96.049,83</b>	<b>0,00</b>	<b>6.270,04</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>102.319,87</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>11.089,87</b>	<b>0,00</b>	<b>-6.270,04</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.819,83</b>

Rúbricas	Saldo inicial	Aumentos	Transferências e Abates	Amortizações	Valor Líquido	Taxa Amortização
Software	107.139,70	-	-	102.319,87	4.819,83	33,33%

## NOTA 6 - OUTROS ATIVOS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
<b>Outros ativos</b>	<b>622.871,36</b>	<b>513.319,96</b>
Setor público administrativo	4.684,15	24.687,59
Retenções IRS clientes	4.684,15	24.687,59
Devedores diversos	213.089,18	17.481,20
SONAGI - Caução renda escritório	7.744,00	7.744,00
CTT conta corrente	849,90	12,27
DIF Broker-Sociedade Financeira de Corretagem, S.A.	0,00	9,12
Honorarios Luxemburgo	2.500,00	2.500,00
Real Vida Pensões-Soc. G. Fundos Pensões,SA	336,57	361,79
Fundos de Compensação do Trabalho	8.496,62	6.646,31
Optimize - Mediação de Seguros	207,71	207,71
Empresas do grupo	197.613,19	0,00
Outros devedores	-4.658,81	0,00
Devedores diversos - Fundos	175.388,58	182.399,55
Optimize Capital Reforma Equilibrado PPR	21.715,35	23.877,75
Optimize Capital Reforma Ativo PPR	55.484,70	60.991,63
Optimize Capital Reforma Moderado PPR	23.969,63	24.913,36
Optimize Capital Reforma Agressivo PPR	24.610,99	21.498,97
Optimize Investimento Activo	-243,16	-486,29
Optimize Europa Valor	-255,52	-511,06
Optimize Capital Pensões Ações	3.523,89	3.781,22
Optimize Capital Pensões Equilibrado	3.069,95	3.253,23
Optimize Capital Pensões Moderado	1.779,84	2.010,20
Fundo de Pensões Aberto Real Reforma Garantida	40,50	0,00
Optimize Seleção Base	22.032,74	25.487,67
Optimize Seleção Agressiva	8.524,09	9.125,49
Optimize Seleção Defensiva	2.593,82	3.223,25
Optimize Disruption Fund	2.204,86	3.142,07
Optimize LFO Rise US Equities	709,47	646,51
Optimize LFO PPR/OICVM Leopardo	2.039,65	1.445,55
Optimize Portugal Golden Opportunities Fund	3.587,78	0,00
Clientes Gestão Privada	184.330,31	223.668,13
Comissão Fixa	7.429,96	17.279,66
Comissão de Performance	0,00	18.260,18
La Baloise Vie Luxembourg, SA	40.939,82	48.479,50
Andbank Asset Management Luxembourg, SA	135.960,53	139.648,79
Clientes Fundos	14.285,51	13.137,36
Comissão de Registo e Depósito de UP	14.285,51	13.137,36
Despesas com Encargos Diferidos	31.010,81	51.601,30
Seguros	5.375,42	19.960,22
Outras Rendas	3.301,68	3.287,54
Outras	22.333,71	28.353,54
Rendimentos a receber	82,82	344,83

## NOTA 7 - PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Passivos por impostos correntes	190.419,95	225.241,80
Estimativa IRC - Imposto a Pagar	190.419,95	225.241,80

## NOTA 8 - OUTROS PASSIVOS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
<b>Outros passivos</b>	<b>560.311,10</b>	<b>408.071,61</b>
Credores - Setor público administrativo	34.286,47	52.460,64
Retenção de impostos na fonte	20.762,03	39.766,55
Contribuições para a segurança social	13.524,44	12.694,09
Credores por fornecimento de bens	73.779,14	60.372,30
Outros Credores	278.047,17	123.246,79
Angariadores	19.113,64	7.365,82
Empresas do grupo	0,00	-136.137,19
Despesas colaboradores	664,38	-813,80
Clientes - Ofertas e Promoções	258.269,15	252.811,14
Outros Credores	0,00	20,82
<b>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>386.112,78</b>	<b>236.079,73</b>
Encargos a pagar	174.198,32	175.985,67
Remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização	11.200,01	11.200,01
Remunerações de empregados	72.889,33	75.114,60
Encargos sociais	15.728,20	14.607,20
Outros encargos a pagar	74.380,78	75.063,86
Outras Contas de Regularização - IVA	0,00	-3.993,79
<b>Outros passivos</b>	<b>174.198,32</b>	<b>171.991,88</b>

O saldo de 258.269,15€ de Clientes – Ofertas e Promoções, correspondente a promoções a pagar no início de cada ano aos clientes, foi liquidado em janeiro de 2023.

## NOTA 9 - CAPITAL

O capital social é constituído por 153.847 ações ordinárias nominativas com valor nominal de 2,93 Euros cada, perfazendo assim um capital de 450.771,71 euros totalmente realizado em dinheiro.

O valor de 126.037,29 euros de Outros Instrumentos de Capital corresponde ao montante de prestações suplementares constituído durante o processo de redução de capital ocorrido em 2012. O reembolso destas prestações suplementares está sujeito à autorização prévia por parte da CMVM.

Salienta-se ainda o valor dos fundos próprios da Optimize a 31/12/2022, no montante de 942.481,56 euros, é bastante superior ao requisito mínimo de fundos próprios de 337.170,86 euros.

## FORMA COMO SE REALIZOU O CAPITAL SOCIAL

O capital social inicial de 450.771,71 Euros foi realizado em dinheiro.

## NÚMERO DE AÇÕES DE CADA CATEGORIA EM QUE SE DIVIDE O CAPITAL DA EMPRESA E O SEU VALOR NOMINAL

O capital social da empresa no valor de 450.771,71 Euros está representado por 153.847 ações ordinárias nominativas com valor nominal de 2,93 Euros cada.

## PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SUBSCRITO DE CADA UMA DAS PESSOAS COLETIVAS QUE NELE DETENHAM PELO MENOS 20%

A sociedade Optimize Investimento, SGPS, SA, contribuinte 508.059.534, com sede em Lisboa, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº21 4º, detém 153.847 ações do capital da Optimize Investment Partners, SGOIC, SA, o que corresponde uma participação de 100%.

## NOTA 10 - RECEITAS DE JUROS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
<b>Juros e rendimentos similares e juros e encargos similares</b>	<b>1.714,59</b>	<b>1.725,07</b>
Juros e rendimentos similares	1.806,25	1.725,07
Juros de disponibilidades em Instituições Financeiras	0,00	0,00
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	1.806,25	1.725,00
Outros juros e rendimentos similares	0,00	0,07
Outros juros e encargos similares	91,66	0,00

## NOTA 11 - RECEITAS DE TAXAS E COMISSÕES

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>	<b>2.861.021,85</b>	<b>2.918.752,46</b>
Comissão de gestão de fundos de investimento	1.881.931,59	2.282.591,95
Comissões de gestão de discricionária	979.090,26	636.160,51
Comissão Fixa	800.819,52	451.622,32
Comissão Performance	0,00	17.496,98
Comissão de Registo e Depósito de UP	178.270,74	167.041,21

As receitas da Optimize Investment Partners são provenientes essencialmente das suas atividades principais, a gestão de fundos de investimento mobiliário (1.881.931,59€) e a gestão de carteiras por conta de outrem (979.090,26€), onde são geridas carteiras de fundos de pensões, de apólices de seguros de vida em fundo dedicado, da Optimize IP SICAV, sediada no Luxemburgo, e de portfólios de clientes finais.

## NOTA 12 - DESPESAS DE TAXAS E COMISSÕES

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
<b>Encargos com serviços e comissões</b>	<b>708.101,32</b>	<b>641.720,07</b>
Honorários angariadores	284.817,55	295.178,28
Ofertas e promoções a clientes	423.283,77	346.541,79

O valor de 284.817,55€ (honorários de angariadores) corresponde à remuneração paga pela Optimize referente a comissões de comercialização e a pagamento por clientes angariados pelo seu agente vinculado, ou apresentados por *introducers* e de protocolos com outras entidades.

As ofertas e promoções a clientes correspondem a bónus na subscrição oferecidos pela Optimize Investment Partners no âmbito de protocolos e de campanhas promocionais, em como a prémios de fidelização, também proporcionados no âmbito de protocolos.

## NOTA 13 - DIFERENÇAS CAMBIAIS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
<b>Resultados em operações financeiras</b>	<b>678,59</b>	<b>0,00</b>
Resultados de reavaliação cambial	-123,98	0,00
Ganhos em diferenças cambiais	0,00	0,00
Perdas em diferenças cambiais	123,98	0,00
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	802,57	0,00
Ganhos em ativos financeiros disponíveis para venda	802,57	0,00
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	0,00	0,00

## NOTA 14 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
<b>Outros rendimentos e receitas operacionais</b>	<b>162.208,38</b>	<b>34.821,93</b>
Reembolso de despesas	61.962,63	27.485,67
Correcções relativas a exercícios anteriores	8.299,97	52,83
Outros	91.945,78	7.283,43

A rubrica de reembolsos de despesas corresponde aos pagamentos efetuados pela Optimize em nome dos fundos de investimento mobiliário por si geridos, e que são posteriormente reembolsadas.

Na rubrica outros está a ser considerada a regularização do valor associado à dedução do imposto sobre valores acrescentados.

## NOTA 15 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
<b>Outros resultados de exploração</b>	<b>95.808,41</b>	<b>-41.620,26</b>
<b>Outros encargos e gastos operacionais</b>	<b>-62.532,93</b>	<b>-71.680,18</b>
Taxa mensal CMVM	-37.788,70	-48.815,55
Sistema de Indemnização aos Investidores	-5.000,04	-5.000,00
Outros	-1.882,98	-2.017,02
Renda de locação operacional	0,00	-916,84
Comissão Autoridade da Concorrência	-1.882,98	-1.100,18
Quotizações e donativos	-13.447,00	-12.826,00
Outros	-4.414,21	-3.021,61
<b>Outras comissões pagas por serviços bancários prestados por terceiros</b>	<b>-3.867,04</b>	<b>-4.762,01</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>	<b>-66.399,97</b>	<b>-76.442,19</b>

## NOTA 16 - DESPESAS COM PESSOAL

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
<b>Despesas com pessoal</b>	<b>856.869,72</b>	<b>801.124,89</b>
Remuneração com os órgãos de gestão e fiscalização	126.858,05	132.802,98
Remuneração de empregados	589.253,29	536.397,40
Encargos sociais obrigatórios	115.011,35	112.457,19
Outros custos com pessoal	25.747,03	19.467,32

## VOLUME DE EMPREGO

O número médio de pessoas ao serviço desta empresa neste exercício foi de 18.

## NOTA 17 – OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2022	2021
<b>Outras Despesas Administrativas</b>	<b>528.094,77</b>	<b>420.489,17</b>
Gastos gerais com fornecimentos	30.566,03	31.252,35
Água, energia e combustíveis	11.678,52	6.147,07
Material de consumo corrente	16.955,36	11.046,27
Outros fornecimentos de terceiros	1.932,15	14.059,01
Gastos gerais com Serviços	497.528,74	389.236,82
Rendas e alugueres	54.845,03	46.244,34
Comunicações	20.726,42	21.458,62
Deslocações estadas e representação	19.232,32	10.373,51
Publicidade	116.150,37	49.055,70
Conservação e reparação	8.413,81	8.877,59
Formação de pessoal	3.638,36	6.122,23
Seguros	3.216,33	4.448,91
Serviços especializados	271.300,35	242.470,87
Outras Avenças	78.466,88	39.173,07
Judiciais, contencioso, notariado e outros honorários	1.581,24	633,39
Informática	71.240,89	85.912,34
Segurança e vigilância	93,58	374,82
Informações	57.842,66	35.981,15
Auditoria	8.162,76	8.162,76
Serviços Consultoria e Apoio	53.912,34	72.227,19
Limpeza	0,00	6,15
Outros serviços	5,75	185,05

## NOTA 18 - VALORES EXTRAPATRIMONIAIS

	2022	2021
<b>Valores extra-patrimoniais</b>	<b>365.351.656,07</b>	<b>411.002.569,82</b>
Compromissos perante terceiros	73.459,61	148.712,44
Sistema de Indemnização aos Investidores	73.459,61	148.712,44
<b>Valores administrados pela instituição</b>	<b>365.278.196,46</b>	<b>410.853.857,38</b>
Gestão de Carteiras	232.392.172,07	267.972.615,02
Fundos de Investimento geridos	132.886.024,39	142.881.242,36

Salienta-se que o valor dos ativos administrados pela Instituição em Gestão de Carteiras inclui os valores detidos em unidades de participação de fundos geridos pela Optimize Investment Partners através de uma conta de gestão por conta de outrem.

Nos reportes da Instituição relativos aos ativos sob gestão, apresentados nomeadamente no Relatório de Gestão do presente documento, esses valores são ignorados, porque são neutros em termos de ativos realmente geridos.

## NOTA 19 - SALDOS COM ENTIDADES RELACIONADAS

EUR

Entidade Relacionada	Optimize Mediação de Seguros	Optimize Investimento SGPS	DIF Broker	DIF Markets	J. Vilar, Lda
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2019	-15.082,17	0,00	9,04	0,00	0,00
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2020	-8.669,71	72,27	9,12	0,00	194.384,27
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2021	-15.023,23	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2022	-8.328,17	0,00	0,00	0,00	0,00

O saldo final a 31 de Dezembro de 2022 entre a Optimize Investment Partners e a Optimize Mediação de Seguros corresponde a comissões de distribuição pelo valor de 8.535,88€ e faturação de salários pelo valor de 207,71€.

## NOTA 20 - DESPESAS OU RECEITAS COM IMPOSTOS RELACIONADAS COM OS RESULTADOS DE UNIDADES OPERACIONAIS EM CONTINUAÇÃO

A taxa efetiva de 22,5 % em 2022, reflete a aplicação do IRC, Derrama e Tributação autónoma.

EUR

	2022	2021
Resultado antes de Imposto	845.553,33	990.818,97
Variações patrimoniais não refletidas no resultado líquido	-9.603,52	1.809,41
Despesas não dedutíveis	674,09	2.294,10
Despesas a deduzir	-4.608,00	-4.040,38
Resultado tributável	<b>832.015,90</b>	<b>990.882,10</b>
Prejuízos fiscais deduzidos	0,00	0,00
Matéria coletável total	<b>832.015,90</b>	<b>990.882,10</b>
Outros impostos incidentes sobre lucros	173.971,77	209.255,88
Derrama	12.426,55	14.946,85
Tributação Autónoma	4.021,63	2.293,33
<b>Carga fiscal total</b>	<b>190.419,95</b>	<b>226.496,06</b>
Taxa Efetiva	22,5%	22,9%

Considerou-se ainda as seguintes despesas não dedutíveis:

Despesas não dedutíveis	2022	2021
Multas, coimas, juros compens. e demais enc. pela prática de infrações	283,41	2.106,89
Correcções relativas a exercícios anteriores	390,68	187,21
<b>Despesas a deduzir</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	0,00	108,38
Outros	4.608,00	3.932,00
	<b>4.608,00</b>	<b>4.040,38</b>

## NOTA 21 - RISCOS DA SOCIEDADE

Risco de crédito:

	2022	2021
<b>Risco de crédito</b>	<b>1.598.247,12</b>	<b>1.615.003,43</b>
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.006.469,39	1.153.629,60
Estado e outras entidades publicas	4.684,15	24.687,59
Fundos de investimento	175.388,58	182.399,55
Clientes	198.615,82	236.805,49
Outros devedores	213.089,18	17.481,20

Ativos financeiros disponíveis para venda:

	2022	2021
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>		
OT PGB 2.875% 10/15/25	0,00	67.674,41
OT PGB 2.125% 10/17/28	81.489,50	0,00

Não existe risco cambial para a sociedade em 31 de Dezembro de 2022, dado a sociedade não ter saldos em divisas. Os ganhos e perdas cambiais do exercício são apenas inerentes às diferenças de câmbios no pagamento de faturas em divisas (Bloomberg, USD).

Não é considerada a existência de um risco de liquidez e de um risco operacional para a sociedade em 31 de Dezembro de 2022.

## EVENTOS SUBSEQUENTES AO EXERCÍCIO

À data de conclusão deste relatório, e derivado das atuais circunstâncias, o Conselho de Administração continua a acompanhar, de forma atenta o desenrolar do conflito na Ucrânia. A Optimize, enquanto sociedade gestora, irá manter o acompanhamento da evolução dos eventuais novos impactos que possam surgir ao longo de 2023, adotando medidas de minimização dos riscos tendo presente a dinâmica das circunstâncias macroeconómicas.

Face ao exposto, consideramos que as circunstâncias excepcionais acima apresentadas não colocam em causa a continuidade das operações e a solidez financeira da Optimize Investment Partners.

## **NOVAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES, COM DATA DE ENTRADA EM VIGOR A PARTIR 01 DE JANEIRO DE 2022**

### **IAS 16 - Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento**

Esta norma faz parte das alterações de âmbito específico ("narrow scope amendments") publicadas pelo IASB em maio de 2020.

Com esta alteração a IAS 16 – 'Ativos fixos tangíveis' passa a proibir a dedução dos montantes recebidos como contraprestação, por itens vendidos que resultaram da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis ("outputs"), ao valor contabilístico desses mesmos ativos.

A contraprestação recebida pela venda dos "outputs" obtidos durante a fase de testes dos ativos fixos tangíveis deve ser reconhecida em resultados do exercício, de acordo com os normativos aplicáveis, assim como os gastos diretamente relacionados.

Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos.

Regulamento de Endosso pela União Europeia Regulamento (UE) N.º 2021/1080, de 28 de junho. Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022.

### **IFRS 3 - Referências à Estrutura Conceptual**

Esta norma faz parte das alterações de âmbito específico ("narrow scope amendments") publicadas pelo IASB em maio de 2020.

Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, no que se refere à identificação de um ativo ou de um passivo no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, sem introduzir alterações aos requisitos contabilísticos para o registo das concentrações de atividades empresariais.

Esta alteração clarifica ainda que na aplicação do método da compra, os passivos e passivos contingentes devem ser analisados à luz da IAS 37 e/ou IFRIC 21 e não conforme a definição de passivo da Estrutura conceptual, e que os ativos contingentes da adquirida não podem ser reconhecidos numa concentração de atividades empresariais.

Esta alteração é de aplicação prospetiva.

Regulamento de Endosso pela União Europeia Regulamento (UE) N.º 2021/1080, de 28 de junho.

Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022.

### **IAS 37 - Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato**

Esta norma faz parte das alterações de âmbito específico ("narrow scope amendments") publicadas pelo IASB em Maio de 2020.

Esta alteração especifica quais são os custos que a entidade deve considerar quando está a avaliar se um contrato é ou não oneroso. Apenas os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato são aceites, e estes podem incluir: a) os custos incrementais para cumprir o contrato como a mão-de-obra direta e materiais; e b) a alocação de outros gastos que se relacionem diretamente com o cumprimento do contrato, como por exemplo a alocação dos gastos de depreciação de um dado ativo fixo tangível utilizado para realizar o contrato.

Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo. Qualquer impacto deverá ser reconhecido por contrapartida de resultados transitados nessa mesma data.

Regulamento de Endosso pela União Europeia Regulamento (UE) N.º 2021/1080, de 28

de junho. Data de eficácia Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022.

### **IFRS 16 - Locações – Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021**

A alteração estende a data de aplicação da alteração à IFRS 16 – ‘Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19’ de 30 de junho de 2021 até 30 de junho de 2022.

As condições de aplicação do expediente prático mantêm-se, sendo que: i) caso o locatário já esteja a aplicar o expediente prático de 2020, terá de continuar a aplicá-lo a todos os contratos de locação com características similares, e em condições comparáveis; e ii) caso o locatário não tenha aplicado o expediente prático às bonificações de rendas elegíveis de 2020, não poderá aplicar a extensão à alteração de 2020. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados do período de relato anual em que o locatário aplica esta alteração pela primeira vez.

Regulamento de Endosso pela União Europeia Regulamento (UE) N.º 2021/1421, de 30 de agosto.

Data de eficácia Períodos anuais com início em ou após 1 de abril de 2021, tendo sido permitida a adoção antecipada em 2021, contingente à adoção da primeira alteração à IFRS 16 – ‘Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19’, em 2020.

## **Ciclo anual de melhorias 2018-2020**

### **IFRS 1 - Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez**

As subsidiárias que se tornem adotantes das IFRS pela primeira vez após a sua empresa-mãe, e que optem por mensurar os seus ativos e passivos com base nos valores contabilísticos expressos nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe, podem mensurar as diferenças de transposição acumuladas para todas as operações expressas em moeda estrangeira, pelos valores que seriam apurados nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe, com base na data de transição da empresa-mãe para as IFRS.

Esta melhoria é de aplicação prospetiva.

Regulamento de Endosso pela União Europeia Regulamento (UE) N.º 2021/1080, de 28 de junho. Data de eficácia Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022

### **IFRS 9 - Desreconhecimento de passivos financeiros’ – custos incorridos a incluir no teste dos “10 por cento” de variação**

Esta melhoria clarifica que no âmbito dos testes de desreconhecimento efetuados aos passivos renegociados, deve-se determinar o valor líquido entre honorários pagos e honorários recebidos, considerando apenas os honorários pagos ou recebidos entre o mutuário e o financiador, incluindo honorários pagos ou recebidos, por qualquer uma das entidades em nome da outra. Esta melhoria é de aplicação prospetiva.

Regulamento de Endosso pela União Europeia Regulamento (UE) N.º 2021/1080, de 28 de junho. Data de eficácia Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022.

## **IFRS 16 - Incentivos de locação**

A melhoria introduzida corresponde à alteração do exemplo ilustrativo 13 que acompanha a IFRS 16, de forma a eliminar uma inconsistência no tratamento contabilístico de incentivos atribuídos pelo locador ao locatário.

Esta melhoria é de aplicação prospetiva.

Regulamento de Endosso pela União Europeia Regulamento (UE) N.º 2021/1080, de 28 de junho. Data de eficácia Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022.

## **IAS 41 - Tributação e mensuração de justo valor**

Esta melhoria elimina o requisito de exclusão dos fluxos de caixa fiscais, da mensuração de justo valor dos ativos biológicos, assegurando a consistência com os princípios da IFRS 13 – 'Justo valor'. Esta melhoria é de aplicação prospetiva.

Regulamento de Endosso pela União Europeia Regulamento (UE) N.º 2021/1080, de 28 de junho. Data de eficácia Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022.

O Contabilista Certificado

A Administração

## 4 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

## Certificação legal das contas

### Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Optimize Investment Partners – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (a Entidade), que compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 2 343 562 euros e um total de capital próprio de 1 592 831 euros, incluindo um resultado líquido de 655 133 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração de rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Optimize Investment Partners – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do Órgão de Fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O Órgão de Fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

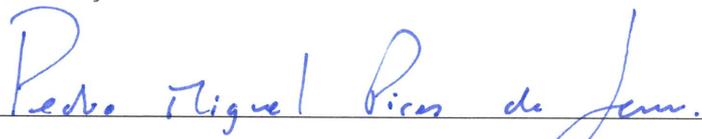
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 30 de março 2023



---

Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas nº 1930 e registado na CMVM com nº 20190019)

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal elaborar um relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da Optimize Investment Partners - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
2. Durante o exercício, o Conselho Fiscal desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes e apreciado as contas e os atos de gestão mais relevantes da Empresa, bem como o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. O Conselho de Administração forneceu todos os esclarecimentos e informações que foram solicitadas pelo Conselho Fiscal.
3. No encerramento do exercício, foram presentes pelo Conselho de Administração os documentos de prestação de contas e que incluíam a proposta de aplicação de resultados.
4. O Conselho Fiscal tomou também conhecimento da Certificação Legal das Contas relativa ao exercício em apreço, emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

### 5. Parecer

Face ao que antecede, e apreciados os documentos referidos nos números anteriores, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2022, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Aprove a aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração.

6. Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 24 de março de 2023